



Doi: <https://doi.org/10.17398/2340-4256.19.557>

## POR UMA SINODALIDADE ECUMÊNICA NA IGREJA\*

### *FOR AN ECUMENICAL SYNODALITY IN THE CHURCH*

ELIAS WOLFF

*Pontifícia Universidade Católica do Paraná, Brasil*

Recibido: 22-12-2021

Aceptado: 22-4-2022

#### RESUMO

O Papa Francisco propõe um processo sinodal global, mostrando que a sinodalidade é constitutiva da Igreja na sua natureza de comunhão, participação e missão. Este facto tem implicações teológicas e pastorais para a Igreja Católica e também para a sua relação com as outras Igrejas. O objetivo deste artigo é verificar a dimensão ecuménica da sinodalidade. O método é a análise qualitativa de estudos ecuménicos que afirmam a sinodalidade em diferentes tradições eclesiais. Conclui-se que a reconciliação entre as Igrejas exige um caminho sinodal ecuménico para o testemunho da fé em Cristo e o anúncio do Evangelho no mundo de hoje.

*Palabras-chave:* Ecumenismo. Igreja. Missão. Sinodalidade.

\* Pesquisa realizada com o apoio do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - CNPq Brasil, por meio da concessão de Bolsa de Produtividade em Pesquisa - Edital nº 09/2022 – Processo nº 303984/2022-8

## ABSTRACT

Pope Francis proposes a global synodal process, showing that synodality is constitutive of the church in its nature of communion, participation and mission. This has theological and pastoral implications for the Catholic Church and also for its relationship with other Churches. The objective of this article is to verify the ecumenical dimension of synodality. The method is the qualitative analysis of the ecumenical studies that affirm synodality in different ecclesial traditions. And it concludes that reconciliation between the churches requires an ecumenical synodal path for the witness of faith in Christ and the proclamation of the Gospel in today's world.

*Keywords:* Church. Ecumenism. Mission. Synodality.

## RESUMEN

El Papa Francisco propone un proceso sinodal global, mostrando que la sinodalidad es constitutiva de la Iglesia en su naturaleza de comunión, participación y misión. Esto tiene implicaciones teológicas y pastorales para la Iglesia Católica y también para su relación con otras Iglesias. El objetivo de este artículo es verificar la dimensión ecuménica de la sinodalidad. El método es el análisis cualitativo de estudios ecuménicos que afirman la sinodalidad en diferentes tradiciones eclesiales. Y concluye que la reconciliación entre las Iglesias requiere un camino sinodal ecuménico para el testimonio de la fe en Cristo y el anuncio del Evangelio en el mundo de hoy.

*Palabras clave:* Ecumenismo. Iglesia. Misión. Sinodalidad.

## I. INTRODUÇÃO

O papa Francisco propôs um processo sinodal global para a Igreja católica que por três anos (2021-2023), aprofundará a natureza sinodal da Igreja como um caminhar juntos, na comunhão, participação e missão. A questão central a ser respondida é:

como se realiza hoje, a diferentes níveis (do local ao universal) aquele «caminhar juntos» que permite à Igreja anunciar o Evangelho, em conformidade com a

missão que lhe foi confiada; e que passos o Espírito nos convida a dar para crescer como Igreja sinodal?<sup>1</sup>

A resposta é buscada em três fases no processo sinodal global. Parte de baixo, nas Igrejas locais e nacionais nas duas primeiras fases e, na terceira, realiza um diálogo universal, na XVI Assembléia Geral do Sínodo dos Bispos, em 2023. Esse processo inova por não ter apenas, mas também o laicato, homens e mulheres corresponsáveis na fé cristã e eclesial, o que “oferece, de fato, a oportunidade de adquirir novas perspectivas e novos pontos de vista para iluminar o exame do tema em discussão”<sup>2</sup>, buscando “Uma Igreja capaz de comunhão e de fraternidade, de participação e de subsidiariedade”<sup>3</sup>.

Refletimos aqui sobre as implicações ecumênicas da sinodalidade eclesial, sendo o ecumenismo um dos núcleos temáticos do Sínodo:

O diálogo entre cristãos de diferentes confissões, unidos por um único Batismo, ocupa um lugar particular no caminho sinodal. Que relacionamentos mantemos com os irmãos e as irmãs das outras Confissões cristãs? A que âmbitos se referem? Que frutos colhemos deste «caminhar juntos»? Quais são as dificuldades?<sup>4</sup>.

Este estudo visa colaborar na resposta a essas questões, explicitando a ecumenicidade da sinodalidade. O método é a análise qualitativa de documentos ecumênicos que apresentam a sinodalidade como uma proposta eclesial. O estudo verifica como igrejas diferentes assumem essa proposta. E conclui que ecumenicidade e sinodalidade se implicam mutuamente no ser e agir eclesial. A ecumenicidade da sinodalidade eclesial ajuda Igrejas diferentes a viverem “um intercâmbio de dons com o qual é possível enriquecer-se mutuamente caminhando rumo à unidade como harmonia reconciliada das inexauríveis riquezas do mistério de Cristo que se refletem na beleza do rosto da Igreja”<sup>5</sup>. Aprofundar essa possibilidade em perspectiva ecumênica é o que propomos neste estudo.

1 XVI Assembléia Geral Ordinária do Sínodo dos Bispos (AOSB), *Por uma Igreja sinodal: comunhão, participação e missão (Documento preparatório)*, 07 de setembro de 2021, n. 2, consultado em <https://press.vatican.va/content/salastampa/it/bollettino/pubblico/2021/09/07/0540/01156.html#PORTOGH-ESEOK>.

2 Comissão Teológica Internacional (CTI), *A Sinodalidade na vida e na missão da Igreja*, (Brasília: Edições CNBB, 2018), n. 111.

3 XVI AOSB, *Por uma Igreja sinodal*, 9.

4 XVI AOSB, *Por uma Igreja sinodal*, item VII.

5 CTI, *A Sinodalidade na vida e na missão da Igreja*, 117.

## II. IMPLICAÇÕES MÚTUAS ENTRE SINODALIDADE E ECUMENISMO

Para o papa Francisco, a sinodalidade é “o caminho que Deus espera da Igreja do Terceiro Milênio”<sup>6</sup>. Ele propõe uma conversão sinodal no *modus essendi et operandi* da Igreja. Como o termo “sínodo” (Σύνοδος) indica, é um *caminhar juntos*, com espírito de abertura para acolher os diferentes jeitos de caminhar. Todos são “companheiros de viagem” (Σύνοδοι)<sup>7</sup> para uma meta comum, a “vida em abundância” (Jo 10,10) do Reino de Deus. A caminhada é feita por etapas, avaliando o percurso, o ritmo dos passos e redefinindo metas. Fundamental é que “um sínodo supõe a reunião ou assembleia de pessoas que têm um mesmo interesse ou um mesmo destino”<sup>8</sup>.

Isso tem implicações ecumênicas. Para crescer na comunhão de fé em Cristo, as diferentes Igrejas precisam caminhar juntas, acolhendo-se mutuamente:

devemos sempre lembrar-nos de que somos peregrinos, e peregrinamos juntos [...] abrir o coração ao companheiro de estrada sem medos nem desconfianças, e olhar primariamente para o que procuramos: a paz no rosto do único Deus<sup>9</sup>.

Então a sinodalidade fortalece a esperança no caminho da fé comum. Pois “a realização da vida sinodal e o aprofundamento do seu significado teológico constituem um desafio e uma oportunidade de grande relevância no prosseguimento do caminho ecumênico”<sup>10</sup>. Tanto a sinodalidade eclesial exige o ecumenismo, quanto o ecumenismo exige a sinodalidade:

Também o delineamento de um novo clima nas relações ecumênicas com as outras Igrejas e Comunidades eclesiais... impelem a uma renovada e aprofundada experiência e apresentação do mistério da Igreja na sua intrínseca dimensão sinodal<sup>11</sup>.

6 Papa Francisco, “Discurso na comemoração do cinquentenário da instituição do sínodo dos bispos”, 17 de outubro de 2015, consultado em [https://www.vatican.va/content/francesco/pt/speeches/2015/october/documents/papa-francesco\\_20151017\\_50-anniversario-sinodo.html](https://www.vatican.va/content/francesco/pt/speeches/2015/october/documents/papa-francesco_20151017_50-anniversario-sinodo.html).

7 Inácio de Antioquia, *Carta aos Efésios*, 31. Cristianismo e Antiguidades, consultado em [https://cristianismoeantiguidade.weebly.com/uploads/7/8/7/2/78728182/carta\\_aos\\_ef%C3%89sios\\_in%C3%81cio\\_de\\_antioquia\\_cristianismo\\_antiguidade.pdf](https://cristianismoeantiguidade.weebly.com/uploads/7/8/7/2/78728182/carta_aos_ef%C3%89sios_in%C3%81cio_de_antioquia_cristianismo_antiguidade.pdf).

8 Manuel Lázaro. “Reflexión sobre la sinodalidad en misión. A propósito del XIV Sínodo de la diócesis de Coria-Cáceres”, *Cauriensa* XII (2017): 445

9 Papa Francisco, *Evangelii Gaudium. Sobre o anúncio do evangelho no mundo atual*, (São Paulo: Paulus; Loyola, 2013), n. 244. (Daqui pra frente, EG).

10 CTI, *A sinodalidade na vida e na missão da Igreja*, 17.

11 CTI, *A sinodalidade na vida e na missão da Igreja*, 38.

O desafio que emerge é alargar nas Igrejas os espaços de comunhão em suas estruturas, doutrinas, instituições. A sinodalidade ecumênica mostra-se como “a via mestra para a Igreja”<sup>12</sup>, caminhando com outras formas de compreender e viver o evangelho:

Ademais, a sinodalidade está no coração do empenho ecumênico dos cristãos, pois representa um convite a caminhar juntos na via em direção à plena comunhão e porque oferece – corretamente entendida – uma compreensão e uma experiência da Igreja em que podem encontrar lugar as legítimas diversidades, na lógica de uma recíproca troca de dons à luz da verdade<sup>13</sup>.

É de se esperar que a proposta do papa Francisco avance nessa direção, tornando a Igreja mais condizente à sua natureza sinodal de forma ecumênica.

### III. ELEMENTOS BÍBLICOS E PATRÍSTICOS DA SINODALIDADE

A natureza sinodal da Igreja tem raízes bíblicas e patrísticas e vincula-se com o termo *koinonia*, indicando ter algo em comum, partilhar, participar. Ser igreja é fortalecer irmãos e irmãs na fé comum (Hb 10,25), o que assegura a fidelidade comunitária à vontade de Cristo sobre a unidade dos/as discípulos/as (Jo 17,21-23; Rm 15,5; 1Cor 1,10-16; 2Cor 13,11; Fil 2,2;4,2), concretizando-se na Ceia (1Cor 10,16-17), na reconciliação (Gl 2, 7-10), na solidariedade com os pobres (Rm 15, 26; 2Cor 8, 34), na vida e no testemunho da comunidade (At 2, 42-45).

Na patrística, a sinodalidade tem particular expressão no ministério eclesial. Para Cipriano o episcopado, “uno e indivisível”, torna os bispos solidários na dignidade episcopal<sup>14</sup> e corresponsáveis na fé e na missão da Igreja. A organização eclesial em províncias e regiões cria uma ordem hierárquica entre os bispos de uma mesma província, e o 6º. Cânon de Niceia reconhece o primado das sedes maiores, não como prestígio ou mera administração, mas de serviço à unidade. Irineu vê na solidariedade episcopal algo essencial do ministério eclesial, a unidade da tradição<sup>15</sup>. É uma unidade na diversidade, encarnando o evangelho em diferentes contextos. Na Igreja sinodal, a unidade

12 XVI AOSB, *Por uma Igreja sinodal*, 9.

13 CTI, *A sinodalidade na vida e na missão da Igreja*, 9.

14 Cf. Cipriano de Cartago, *A unidade da Igreja Católica*, n. 2. Em *Obras completas. Patrística*, vol. 35/1, (São Paulo: Paulus 2016), 129-156.

15 Cf., Irineu de Lião, *Contra as heresias – Denúncia e refutação da falsa gnose*, Livro I, I, 10,1-2, (São Paulo: Paulus, 1995), 31-122.

(At 2,44-47; 4, 32-37) exige a diversidade (1Cor 12, 14-26) reconciliada na comunhão (Ef 5,27; Ap 21,2), pois as diferenças são dons do Espírito de Cristo para a sua Igreja e servem ao bem comum (1Cor 12, 4-7). Assim são as diferentes linguagens, os símbolos e as imagens do evangelho em cada época e lugar, expressando a catolicidade da fé.

Em sua história, nem sempre a Igreja soube enfrentar tensões, conflitos e divergências, sofrendo divisões (At 15; Gl 1-2) particularmente a partir do século XVI. Atualmente, intensifica-se a fragmentação do cristianismo, e algumas comunidades identificam a Igreja dos evangelhos consigo mesmas, exclusivamente. O caminho sinodal precisa favorecer uma conversão ecumênica para que as Igrejas obtenham consenso sobre os elementos considerados essenciais para a plena presença da Igreja de Cristo na história. Para isso é importante retornar às fontes bíblicas e patrísticas da sinodalidade, fortalecendo a acolhida mútua das Igrejas e a partilha dos recursos da missão: “Os dons espirituais de uma igreja podem servir de inspiração às outras”<sup>16</sup>. Isso é condição para a vivência do evangelho num exercício sinodal que envolve as Igrejas em todos os níveis, superando tendências discriminatórias e proselitistas, e afirmando um legítimo pluralismo, tão caro à Igreja primitiva.

#### IV. POR UMA COMPREENSÃO COMUM DE “IGREJA”

Entre as diferentes tradições eclesiais verifica-se, por um lado, convergências na concepção bíblica da Igreja como Povo de Deus (Ex 3, 9-10; Is 43, 21; Ez 37,26), Corpo de Cristo (Rm 12,3-6; 1Cor 10,17; 12,12-31; Gl 4,19), Templo do Espírito (1Cor 6,19; Ef 2,18). Por outro lado, há divergências nas instituições e estruturas organizacionais da Igreja, bem como nos elementos teológicos e doutrinários que as embasam.

No Novo Testamento, o termo *Igreja* (ἐκκλησία) refere-se à comunidade local, no singular (Jerusalém: At 15,4; Corinto: 1 Cor 1:2; 16,19; Roma: Rm 16,5; Rm 16:14, 15; Colossos: Col. 4:15) ou no plural, *Igrejas*. Hoje, diferentes eclesiologias seguem essa compreensão e por “Igreja local” entendem uma realidade situada, regional ou nacional, enquanto a “Igreja universal” é a

16 Comissão Internacional Católica-Anglicana (CICA), “Autorità nella chiesa-I”, em *Enchiridion Oecumenicum I*, ed. por Giovanni Cereti, Sever J. Voicu (Bologna: EDB, 1994), 8/73. Neste estudo, o *Enchiridion Oecumenicum* é particularmente útil porque apresenta os principais documentos do diálogo intereclesial que se reportam ao tema aqui estudado. A seguir, é citado como *EO* seguido do número do documento e o número do parágrafo. Na primeira citação, apresenta-se também o número do volume.

comunhão das Igrejas locais. Na eclesiologia católica, *Igreja local* (*Ecclesia localis*) “pode indicar um conjunto mais ou menos homogêneo de Igrejas particulares, cuja constituição resulta sobretudo de elementos geográficos, históricos, linguísticos ou culturais”<sup>17</sup>. Designa a circunscrição eclesiástica diocesana, regional ou nacional. Por diocese, o Vaticano II entende a porção do povo de Deus confiada a um bispo com o seu presbitério, centrada na Eucaristia e em comunhão com outros bispos e o papa<sup>18</sup>. É comum entender a diocese como *Igreja particular*, utilizando a expressão *Igreja local* para designar uma realidade regional, cultural, nacional que compreende várias dioceses<sup>19</sup>. Há convergências com a tradição ortodoxa no sentido que onde acontece uma verdadeira celebração eucarística, aí está a Igreja em sentido pleno<sup>20</sup>, com vínculos de fé, sacramentos e ministérios, mesmo se há divergências quanto ao regime e à comunhão eclesiástica<sup>21</sup>.

No protestantismo, Igreja é a congregação de fiéis reunidos/as para ouvir a Palavra e celebrar os sacramentos<sup>22</sup>. São comunidades locais que formam uma comunhão mais ampla, com estruturas jurídicas variáveis conforme os tempos e contextos, originando Igrejas diocesanas, regionais ou nacionais. Busca-se assegurar a comunhão na Palavra, na fé apostólica, nos mesmos sacramentos e ministérios eclesiásticos<sup>23</sup>.

Portanto, “Igreja local” indica Igrejas de uma região que se reúnem numa estrutura sinodal, com uma presidência. Então, “a Igreja local é uma diocese formada por certo número de paróquias”<sup>24</sup>. Como o modo e os níveis de Igreja (local, regional e universal) diferem, há diferentes - e divergentes - eclesiologias. A convergência é a fé na presença de Cristo na Igreja local, pelo que ela comunga com a Igreja universal. Mas a forma dessa comunhão ainda precisa ser consensuada para expressar a relação apropriada entre os diferentes níveis de

17 CTI, “Temi scelti di eclesiologia, in occasione del XX anniversario della chiusura del Concilio Vaticano II”, 1984, 5.1, consultado em [https://www.vatican.va/roman\\_curia/congregations/cfaith/cti\\_documents/rc\\_cti\\_1984\\_ecclesiologia\\_it.html](https://www.vatican.va/roman_curia/congregations/cfaith/cti_documents/rc_cti_1984_ecclesiologia_it.html).

18 Cf. Concílio Vaticano II, “Decreto Christus Dominus. Sobre o múnus pastoral dos bispos na Igreja”, em *Documentos do Concílio Ecumênico Vaticano II* (São Paulo: Paulus, 1997), n. 11.

19 CTI, “Temi scelti di eclesiologia”, 5.1

20 Cf., Comissão Internacional Católica-Ortodoxa Calcedonense (CICOC), “Il mistero della Chiesa e dell’eucaristia alla luce del mistero della Santa Trinità”, *EO I*, cap. I 4/2187; cap. II, 3/2192.

21 Cf. Concílio Vaticano II, “Decreto Unitatis redintegratio. Sobre o ecumenismo”, em *Documento do Concílio*, o.c., n. 14-18. (Daqui pra frente, UR).

22 Cf. Comissão de Fé e Ordem, *A Igreja. Uma visão ecumênica* (São Paulo: ASTE, 2015), n. 32. Ver também, *A Confissão de Augsburg*, (São Leopoldo: Sinodal, 1999), n. 7.

23 Comissão Internacional Católica-Luterana (CICL), “Chiesa e giustificazione”, em *EO III*, ed. por Giovanni Cereti, James F. Puglisi, (EDB, Bologna 1995), 86/1316; 89/1319.

24 Comissão de Fé e Ordem, *A Igreja. Uma visão ecumênica*, 32.

vida numa Igreja plenamente unida<sup>25</sup>. Esse consenso precisa ser buscado no horizonte da sinodalidade, pois

sob a condução do Espírito Santo toda a Igreja é sinodal/conciliar, em todos os níveis da vida eclesial: local, regional e universal. A sinodalidade ou conciliaridade reflete o mistério da vida trinitária de Deus, e as estruturas da Igreja a exprimem com a finalidade de realizar a vida da comunidade como comunhão<sup>26</sup>.

O Vaticano II reconhece elementos da Igreja de Cristo nas diferentes tradições eclesiais<sup>27</sup>, pelo que o Espírito as torna “meios de salvação”<sup>28</sup>. Para João Paulo II, Cristo tem nelas uma “presença operante”<sup>29</sup>, de modo que “para além dos limites da Comunidade católica, não existe o vazio eclesial”<sup>30</sup>. Por esse fato “resulta o empenho dos fiéis católicos para caminhar juntos com os outros cristãos em direção à plena e visível unidade”<sup>31</sup>.

Nesse empenho ecumênico, importa muito a partilha das experiências de sinodalidade entre as Igrejas. Essa experiência sinodal é intensa nas Igrejas da Reforma, vinculada à concepção de Igreja, dos sacramentos e dos ministérios<sup>32</sup>. Na tradição luterana, a Igreja tem um governo sinodal, no qual o laicato exerce o sacerdócio comum dos fiéis atuando na eleição de ministros/as e na manutenção da fidelidade do ensino do evangelho e na organização da vida eclesial. Na tradição reformada, a práxis sinodal integra-se na compreensão do ministério de pastores, doutores, presbíteros e diáconos. Os presbíteros governam a Igreja com os pastores, mas nas decisões sinodais participam também os ministros doutores, diáconos e fiéis leigos. Entre os anglicanos, a sinodalidade acontece nos níveis local, nacional e supranacional. Há uma ação conjunta entre bispos e comunidade, aqueles com seu “carisma e a autoridade pessoal” atuam em “sinergia” com “o dom do Espírito Santo derramado sobre a comunidade inteira”<sup>33</sup>.

25 Cf. Comissão de Fé e Ordem, *A Igreja. Uma visão ecumênica*, 32.

26 Comissão de Fé e Ordem, *A Igreja. Uma visão ecumênica*, 53.

27 Concílio Vaticano II, “Constituição dogmática *Lumen gentium*. Sobre a Igreja”, em *Documentos do Concílio*, o.c. n. 15. (Daqui pra frente, LG); UR, n. 3.

28 UR, n. 3.

29 João Paulo II, *Carta encíclica Ut Unum Sint. Sobre o empenho ecumênico*, (São Paulo: Paulinas, 1995), n. 11. (Daqui pra frente, UUS).

30 UUS, n. 13. Ver também, Elias Wolff, “A hermenêutica ecumênica da fé cristã: uma contribuição ao diálogo entre católicos e luteranos no contexto dos 500 anos da Reforma de Lutero”, *Perspectiva Teológica*, 49 (2017): 101-125, doi: 10.20911/21768757v49n1p101/2017.

31 CTI, *A Sinodalidade na vida e na missão da Igreja*, 115.

32 Cf. CTI, *A Sinodalidade na vida e na missão da Igreja*, 36.

33 CTI, *A Sinodalidade na vida e na missão da Igreja*, 36.



As experiências de sinodalidade no protestantismo podem contribuir para a Igreja católica, onde elas são menos expressivas. É oportuno que o processo sinodal global explore essa possibilidade, favorecendo o mútuo reconhecimento entre as Igrejas na una e única Igreja de Cristo.

## 1. O MÚTUO RECONHECIMENTO NO ESSENCIAL

Diálogos ecumênicos concluem que “na Igreja local está presente e operante a Igreja universal”<sup>34</sup>. Igreja local e universal expressam a *Una sancta*, sem identificação exclusiva com ela. A questão é como a *Una Sancta* se organiza na história, com estruturas, ministérios, sacramentos, liturgias. Para alguns, esses elementos são *de iure divine*, essenciais ao ser eclesial e imutáveis; mas outros não atribuem a Deus nenhuma ordem institucional da Igreja, sendo todas relativas e mutáveis conforme as circunstâncias da missão. Uns pensam que “a fidelidade ao evangelho pode exigir uma ruptura na continuidade institucional”<sup>35</sup>; e outros buscam manter essa fidelidade sem rupturas ou separações.

A questão é complexa e pergunta como a Igreja de Cristo pode manifestar-se por instituições históricas. O mútuo reconhecimento exige que cada Igreja tenha em comum com as demais os elementos considerados essenciais do ser eclesial. O *essencial* não pode ser resumido ao mínimo, como mostram estudos sobre a expressão *satis est* do n. 7 da *Confissão de Augsburgo*, a qual

não está em contradição com o número das quatro *notae* conforme o Credo Niceno (una, santa, católica e apostólica), nem com listas maiores que o próprio Lutero pôde apresentar. Tampouco exclui o ministério ordenado, que está implicado na pregação e na administração dos sacramentos<sup>36</sup>.

No diálogo multilateral, entende-se como elementos essenciais da Igreja

a comunidade dos que creem e são batizados, na qual a palavra de Deus é proclamada, a fé apostólica é confessada, os sacramentos celebrados, a obra redentora de Cristo pelo mundo é manifestada no testemunho, e um ministério

34 Comissão de Fé e Ordem, *A Igreja. Uma visão ecumênica*, 31.

35 Comissão de Fé e Ordem, *A Igreja. Uma visão ecumênica*, 24.

36 Rudolf von Sinner, “Eclesiologia ecumênica – possibilidades e limites”. *Teocomunicação*, 41(2001): 58, <https://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/teo/article/view/9202/6336>

de supervisão (em grego *episkopé*) é exercido por bispos ou outros ministros a serviço da comunidade<sup>37</sup>.

Cada um desses elementos precisa ser trabalhado em perspectiva ecumênica para serem *essenciais* a todas as Igrejas. Assim, o *satis est* remete a *tudo* o que está implicado na pregação da Palavra e administração dos sacramentos. Tal fato se expressa na Igreja sinodal e coloca cada Igreja local em comunhão com as outras através de estruturas específicas e processos de *koinonia*<sup>38</sup>. A base para o mútuo reconhecimento no *essencial* é compreender as diferentes Igrejas e sua missão vinculadas ao plano de salvação que Deus realiza em Cristo. Nisso uma Igreja entende outras Igrejas como procedentes do ministério de Jesus, que convoca e envia discípulos/as (Mt 28,18-20; Mc 16,15; Lc 24, 45-49; Jo 20, 19-23; At 1,8)<sup>39</sup>. Então, “os cristãos creem e confessam com o Credo que a obra de Deus em Cristo pelo Espírito Santo e a *realidade* da Igreja estão intimamente ligadas”<sup>40</sup>.

## 2. UNIDADE NA DIVERSIDADE

O mútuo reconhecimento entre as Igrejas não significa torná-las iguais, pois diferentes formas de viver o evangelho são dons do Espírito para a fé comum (1Cor 12, 4-7). O desafio é o consenso sobre como Igrejas diferentes formam um mesmo corpo (1Cor 12,14-26). Assim os gentios puderam ser recebidos na comunhão com suas diferenças (At 15,1-29; 10,1-11.18), “Pois pareceu bem ao Espírito e a nós” (At 15,28). O Espírito forma a comunhão concedendo dons diversos. Ensina o papa Francisco: “E, se realmente acreditamos na ação livre e generosa do Espírito, quantas coisas podemos aprender uns dos outros”<sup>41</sup>.

A comunhão eclesial acontece *através, com e na* diversidade, a exemplo de Pentecostes (At 2,1-4). O desafio ecumênico é mostrar que as diversas compreensões do evangelho entre as Igrejas expressam ação do único e mesmo Espírito (1Cor 12,11). O Vaticano II exorta:

Guardando a unidade nas coisas necessárias, todos na Igreja [...] conservem a devida liberdade tanto nas várias formas de vida espiritual e de disciplina, como

37 Comissão de Fé e Ordem, *A Igreja. Uma visão ecumênica*, 31.

38 Cf. CTI, *A sinodalidade na vida e na missão da Igreja*, 116.

39 Comissão de Fé e Ordem, *A Igreja. Uma visão ecumênica*, 4.

40 Comissão de Fé e Ordem, *Confessing the One Faith. An ecumenical explication of the apostolic Faith as it is confessed in the nicene-constantinopolitan creed (381)*. (Genève-Eugene: WCC-Wipf & Stock, USA, 2010), n. 216.

41 EG, n. 246.

na diversidade de ritos litúrgicos e até mesmo na elaboração teológica da verdade revelada. Mas em tudo cultivem a caridade.<sup>42</sup>

Nesse sentido, Paulo VI afirmou na catedral de Fanar (1967) a unidade à luz do amor de Cristo e do amor fraterno, que as diferenças não devem esconder<sup>43</sup>. Em 1973, lembrou ao Patriarca Shenuda III o exemplo de Atanásio, que “reconheceu na Igreja do ocidente uma inequívoca identidade de fé ao considerar o mistério do Deus uno e trino, não obstante algumas diferenças de termos e de método na teologia”<sup>44</sup>. Assim, no diálogo percebemos que “são tantas e tão valiosas as coisas que nos unem!”<sup>45</sup>, e as divergências precisam tornar-se uma “multiplicidade reconciliada”<sup>46</sup> no Espírito de Cristo. Desse modo, o vínculo entre ecumenismo e sinodalidade contribui para o processo de paz entre as igrejas e no mundo<sup>47</sup>.

Tal é o desafio de uma sinodalidade ecumênica: fazer da Igreja uma comunhão sinodal onde a multiplicidade “não deve ser apenas tolerada, mas ativamente buscada”<sup>48</sup>. O caminho sinodal precisa ajudar cada Igreja a “recolher o que o Espírito semeou neles (outras igrejas) como um dom também para nós”<sup>49</sup>.

### 3. IGREJA SINODAL: COMUNHÃO DE COMUNHÕES

No reconhecimento mútuo e pela unidade na diversidade, as Igrejas são chamadas a uma comunhão sinodal como exigência da fé vivida no culto e no serviço ao mundo. Formam uma “comunhão de comunhões”<sup>50</sup>, isto é, de Igrejas locais enquanto comunhão de pessoas reunidas pelo Espírito na caridade, na fé e na esperança, com o Batismo e a Eucaristia comuns - esta uma aspiração entre católicos e evangélicos. Atos 2, 42-47 mostra essa comunhão na Palavra, no pão, na oração e na solidariedade.

Trata-se de uma comunhão ecumênica que incide na catolicidade da fé vivida nas diversas tradições mutuamente reconhecidas e necessitadas umas das outras: “A recíproca interdependência de todas as igrejas é parte integrante da

42 UR, n. 4.

43 Cf. CICL, “L’Unità davanti a noi”, *EO I*, 62/1611.

44 CICL, “L’unità davanti a noi”, 63/1612.

45 EG, n. 246.

46 CICL, “Vie verso la comunione”, *EO I*, 36/1344.

47 Jaime L. B. Morales, “Ecumenismo y construcción de la paz”, *Cauriensia*, X (2015): 199-219.

48 CICL, “L’unità davanti a noi”, 30/1579.

49 EG, n. 346.

50 Jean M. Tillard, *Chiesa di Chiese. L’ecclesiologia di comunione*, 2ª ed. (Brescia: Queriniana 1989),

41.

realidade da igreja como Deus quer que seja. Nenhuma igreja local que participa da Tradição viva pode considerar-se auto-suficiente”<sup>51</sup>. A sinodalidade permite às Igrejas compreenderem juntas como expressar o evangelho nos níveis local, regional e universal. Então “A forma sinodal do seu caminho exprime e promove o exercício da comunhão em cada uma das Igrejas locais peregrinas e entre estas na única Igreja de Cristo”<sup>52</sup>. Assim, a essência da sinodalidade ecumênica consiste no caminhar juntos rumo à comunhão na fé em Cristo e no serviço ao mundo. Testemunha o mesmo Deus presente e agindo nas diferentes Igrejas e colhe os frutos do seu Espírito como um bem para todas. Cumpre-se para as Igrejas a promessa: “Escutarão a minha voz e se tornarão um só rebanho e um só pastor” (Jo 10,16). E “a unidade da fé” (Ef 4,13) se expressa no serviço, na confissão e no ensino, que mesmo se vividos ou formulados diversamente não ferem a comunhão. Como comunhão de comunhões,

Lá onde a Igreja e as comunidades eclesiais confessam segundo a Escritura Jesus Cristo verdadeiro Deus e verdadeiro Homem, como o único mediador da salvação para a glória de Deus, do Pai, do Filho e do Espírito Santo, existe uma fundamental unidade na fé<sup>53</sup>.

## V. A VISIBILIDADE DA SINODALIDADE ECUMÊNICA

A Igreja comunhão de comunhões necessita de instrumentos que possibilitam exercer a autoridade, formulando regras de fé e normas de vida<sup>54</sup>. E exercita essa autoridade em diferentes níveis e meios, como concílios ecumênicos da Igreja toda, ou concílios e sínodos locais das Igrejas aí representadas<sup>55</sup>. A sinodalidade ganha visibilidade numa variedade de organismos, instrumentos e instituições que reúnem lideranças eclesásticas colegialmente não como indivíduos, mas como autoridade na vida das Igrejas. Nesses encontros conciliares e sinodais, “reuniões de caráter representativo”<sup>56</sup>, as Igrejas consultam-se mutuamente no discernimento da verdade do evangelho, expressando tanto o *sensus fidelium* de cada Igreja e na comunhão entre elas, quanto a práxis sinodal da *episkopé*<sup>57</sup>. A V Assembleia do Conselho Mundial de

51 CICA, *Autoridade na Igreja III*, (São Paulo: Paulinas 1999), 37.

52 CTI, *A sinodalidade na vida e na missão da Igreja*, 51.

53 CICL, “Vie verso la comunione”, 26/1334.

54 CICA, “Autorità nella Chiesa-I”, 18/83.

55 CICA, “Autorità nella Chiesa-I”, 9/74.

56 CICL, “L’unità davanti a noi”, 29/1578.

57 CICA, *Autoridade na Igreja III*, 38.

Igrejas (Nairobi, 1975), propôs a *comunhão conciliar* como modelo de estrutura sinodal, entendendo por isso “uma qualidade de vida no âmbito de cada Igreja individual”<sup>58</sup> que aponta para a comunhão. É a unidade de Igrejas separadas pelo espaço, cultura, tempo, doutrinas, como “comunhão conciliar de Igrejas locais, efetivamente unidas entre si”<sup>59</sup>. Nessa direção, as iniciativas que dão visibilidade à sinodalidade ecumênica possibilitam as condições necessárias para “gestar as divisões”<sup>60</sup> e orientar a sua superação. Alguns elementos são essenciais para isso, como veremos.

## 1. O MINISTÉRIO DA *EPISKOPÉ*, DE DIVERGÊNCIAS PARA CONSENSOS

O ideal é que as decisões na Igreja sejam tomadas em sínodos nos quais o conjunto das pessoas batizadas são corresponsáveis, sob a assistência do Espírito, na salvaguarda da integridade da fé. Isso não exclui quem recebe o ministério ordenado de uma particular responsabilidade no cuidado da fé. Entre essas pessoas, Igrejas em diálogo concordam que “os bispos têm uma responsabilidade particular na promoção da fé e no discernimento do erro; e a interação entre o bispo e o povo nesse exercício é salvaguarda da vida e da fidelidade cristã”<sup>61</sup>. Destaca-se, assim, o serviço da *episkopé* como “intrínseco à estrutura da Igreja, em conformidade com o mandato conferido por Cristo e reconhecido pela comunidade”<sup>62</sup>, com particular autoridade em benefício da *koinonia* eclesial<sup>63</sup>.

Contudo, divergências na doutrina da *episkopé* dividem as Igrejas. Uma coisa é afirmar o valor desse ministério, outra é identificá-lo formalmente com o episcopado. Quem o identifica entende que “a *episkopé* das igrejas é uma função de origem divina [...] os bispos recebem, para o exercício do seu ministério, especiais dons do Espírito Santo através da oração e a imposição das mãos”<sup>64</sup>. Quem não faz essa identificação, afirma que “a função da *episkopé* vem julgada necessária para a Igreja, mas a sua ordenação concreta é considerada fruto de iniciativas históricas e humanas”<sup>65</sup>. Católicos e ortodoxos

58 Conselho Mundial de Igrejas (CMI), *Relatório da V assembleia*, em *EO V*, ed. por Stefano Rosso, Emilia Turco, (Bologna: EDB 2001), Seção II, 4/850.

59 CMI, *Relatório da V assembleia*, Seção II, 3/850.

60 Tillard, *Chiesa di Chiese*, 49.

61 CICA, “Autorità nella chiesa I”, 18/83.

62 CICA, “Autorità nella chiesa I”, 5/70.

63 CICA, *Autoridade na Igreja III*, 41-44.

64 CICM, “Verso una dichiarazione sulla chiesa”, *EO III*, 34/1614.

65 CICL, “Il ministero pastorale nella chiesa”, *EO I*, 43/1476.

afirmam a natureza sacramental do episcopado, de modo que a sua autoridade procede da ordenação. As demais tradições o entendem apenas como um poder de jurisdição, serviço temporário na Igreja, que teologicamente não se distingue do sacerdócio comum dos fiéis. Quanto ao sujeito, católicos e ortodoxos concordam que os bispos são mestres da fé, e apenas homens recebem o episcopado; as tradições protestantes concedem tal autoridade a um magistério múltiplo de pastores, visitadores, superintendentes, prepostos, faculdades de teologia, sínodos e concílios - e algumas ordenam mulheres. Quanto ao método, o catolicismo enfatiza a dimensão pessoal do ministério dos bispos; e o protestantismo, como também a ortodoxia, o realiza no sistema sinodal e conciliar.

As divergências no episcopado dizem respeito à autoridade na Igreja sinodal, e “os problemas não resolvidos sobre a natureza e o exercício da autoridade na Igreja constituem um obstáculo à crescente experiência de unidade”<sup>66</sup> entre as igrejas. O desenvolvimento da ecumenicidade da sinodalidade requer a superação dessas divergências, afirmando um exercício da *episkopé* plausível de ser acolhida por Igrejas diferentes, de modo que uma Igreja reconheça nas outras os seus elementos essenciais e a sua verdadeira identidade com elas. Assim, a *episkopé* pode ser sinal visível da unidade, com uma particular responsabilidade para “a expressão desta unidade da sua Igreja com as outras”<sup>67</sup>.

## 2. A ECUMENICIDADE DA *EPISKOPÉ*

### 2.1 De uma *episkopé* partilhada entre as Igrejas

A ecumenicidade da *episkopé* desenvolve-se por etapas e embasa-se em graus diversos do seu exercício entre Igrejas que buscam a plena comunhão. Esses graus expressam tanto a unidade já alcançada entre elas, quanto as divergências existentes. E impelem ao desenvolvimento da sinodalidade ecumênica como “uma estrutura de igreja local, na qual as nossas igrejas, sem serem absorvidas, são de fato uma só coisa [como] unidade numa diversidade reconciliada”<sup>68</sup>. Isso acontece quando, com aprofundada consciência da

<sup>66</sup> CICA, “Autorità nella chiesa I”, Premissa.

<sup>67</sup> CICA, “Autorità nella chiesa I”, 8/73. Ver também: CICA, “Ministero e Ordinazione” (1977), *EO I*, 3-6/43-46. Com base a isso, a Igreja católica coloca os bispos como os primeiros responsáveis pelo ecumenismo. Cf. UR, n. 4; Pontifício Conselho para a Promoção da Unidade Cristã, *Diretório para a aplicação dos princípios e normas sobre o ecumenismo*, (Petrópolis: Vozes, 1994), n. 39.

<sup>68</sup> CICL, “L’unità davanti a noi”, 127/1676.

ecumenicidade da própria identidade eclesial e no âmbito da cooperação pastoral, comunidades de cada Igreja mantêm relações com os seus próprios bispos, mas em muitas questões eles partilham o ministério de orientar pastoralmente suas comunidades.

No diálogo católico-ortodoxo calcedonense, essa possibilidade encontra o consenso de que estando os bispos unidos na fé, na caridade e na missão “em cada igreja local se encontra a uma e única igreja, cada bispo não pode desligar a preocupação pela sua igreja da preocupação pela igreja universal”<sup>69</sup>. Trata-se de um nível superior de comunhão, com uma estrutura para as Igrejas locais que expressa a unidade, a catolicidade e a apostolicidade da Igreja. Não é impossível que um mesmo bispo cuide de comunidades de Igrejas diferentes, como acontece entre católicos armênios e maronitas, que possuem um bispo de rito latino, mesmo mantendo suas identidades, no interior de suas comunidades e fora do próprio país. No meio protestante, isso se observa nas *Landeskirchen* evangélicas unificadas da Alemanha, entre reformados e luteranos. A base é o reconhecimento da pertença à mesma Igreja de Cristo, com a profissão da fé apostólica, o Batismo e a Eucaristia, o reconhecimento dos membros e dos ministérios, o testemunho comum<sup>70</sup>.

O desafio é realizar essa prática entre católicos, ortodoxos e protestantes. Diálogos apontam que “se poderia pensar uma práxis desse gênero para a unidade eclesial entre católicos e luteranos”<sup>71</sup>, sem a necessidade de uma fusão de comunidades de Igrejas diferentes. A sinodalidade ecumênica na Igreja pode ser “múltipla e variada. E não se limita à hierarquia, mas abraça o serviço de todo o povo de Deus, incluindo carismas de fiéis leigos e se exprime também em estruturas e processos comunitários e sinodais”<sup>72</sup>. As Igrejas são desafiadas a viabilizar tal aspiração propondo uma estrutura sinodal que possibilite uma comunhão dinâmica e variável, conforme as parcerias do caminho sinodal. A comunhão é humana e configura-se conforme as situações que interpelam a fé, a esperança e o amor evangélicos. Isso impede a rigidez das estruturas eclesiais e faz da Igreja uma expressão da comunhão no Reino, com sentido escatológico quando o estado e a qualidade de vida cristã nos tornam “um em Cristo Jesus” (Gl 3,28).

69 CICOC, “Il mistero nella chiesa e nella eucharistia”, 4/2187.

70 CICL, “L’unità davanti a noi”, 29/1578.

71 CICL, “L’unità davanti a noi”, 144/1693.

72 CICL, “L’unità davanti a noi”, 92/1641.

## 2.2. A uma colegialidade ecumênica

A sinodalidade eclesial se expressa colegialmente. Na doutrina católica, o papa e os bispos formam “um único Colégio apostólico”, como sucessores dos Apóstolos que tem Pedro à frente<sup>73</sup>. Para superar resistências por quem entendia a colegialidade contrária ao primado pontifício, o Vaticano II mostrou que colegialidade não significa oligarquia. O sacramento da ordem concede aos bispos um poder pleno na Igreja no âmbito pastoral, não de jurisdição. A *potestas ordinis* deriva da consagração, e a *potestas iurisdictionis* é conferida pelo papa: “A consagração episcopal confere ontologicamente e sacramentalmente a totalidade do ofício pastoral, embora o exercício desta função deva ser regulado segundo as normas da comunidade hierarquizada”<sup>74</sup>. Como a jurisdição não tem origem no sacramento, o colégio só exerce um poder pleno quando reunido com o papa, num vínculo de unidade, caridade e corresponsabilidade dos bispos entre si e com o papa. Assim, no “Concílio geral as decisões não são tomadas pelo papa tendo os bispos como assessores, mas do Sínodo no seu conjunto”<sup>75</sup>. Os bispos não se sentam em concílio como meros conselheiros ou informantes do papa, mas como juízes em matéria de fé, as decisões são tomadas *synodally*, pelo papa com os bispos<sup>76</sup>. Enfim, “O Concílio Ecumênico detém o poder supremo sobre toda a igreja”<sup>77</sup>.

A ecumenicidade da sinodalidade eclesial desafia a ampliar a colegialidade ministerial, envolvendo ministros/as de diferentes Igrejas. É uma aspiração para a futura unidade, mas algo já é possível hoje: as Igrejas podem recuperar as práticas de intercâmbio pastoral dos primórdios, como a participação na eleição ou ordenação de ministros/as de outra Igreja, a participação nos sínodos e concílios, a oração comum, a correspondência literária. São modos de expressar o grau de comunhão existente entre as Igrejas. Entre as tradições ortodoxa e católica, essa prática possibilita a uma Igreja local reconhecer a canonicidade de outra. Mas ela pode ser promovida entre todas as Igrejas. Isso não significa reconhecer o ministério delas com igual significado teológico, ou que uma comunidade viva plenamente na verdade eclesial e evangélica. Mas esse intercâmbio pastoral é um exercício para que a autoridade em uma Igreja não seja exercida isoladamente. Se Igrejas diferentes concordam “que a estrutura

73 LG, n. 22a.

74 Gerhard Philips, *La Chiesa e il suo mistero. Storia, testo e commento della lumen gentium*, 2ª. ed. (Milano: Jaca Book, 1982), 246.

75 Philips, *La Chiesa e il suo mistero*, 254.

76 Philips, *La Chiesa e il suo mistero*, 254.

77 Código de Direito Canônico, 23ª ed. (São Paulo: Loyola 2015), cân. 228, §1.



fundamental da Igreja e do seu ministério é colegial”<sup>78</sup>, o espírito de colegialidade e sinodalidade precisa ser desenvolvido entre elas visando um ministério de supervisão/*episkopé* que possa ser vivido ecumenicamente.

### 3. O MINISTÉRIO PETRINO

A sinodalidade ecumênica incide no ministério petrino, em torno do qual as divergências são delicadas. Na Bíblia, Pedro tem um primado no conjunto dos apóstolos (Mt 16,19; Lc 22,31-32; Jo 21,15-17), e a tradição católica o desenvolveu na sede de Roma, por crer que ali estão os túmulos de Pedro e de Paulo<sup>79</sup>. Entende-se que esse primado é *De iure divine*, sinal visível da comunhão, com prerrogativas de *jurisdição* episcopal, ordinária, direta, imediata, suprema e universal<sup>80</sup>, e de *infallibilidade* na definição solene de verdades de fé e moral<sup>81</sup>. O bispo de Roma, como sucessor de Pedro, testemunha a fé em Cristo (Mt 16,16; Lc 24,34; 1Cor 15,5) e “confirma os irmãos” (Lc 22,32). Assim, Roma tornou-se o principal e, por séculos, o único lugar de solução de problemas da Igreja universal<sup>82</sup>.

Infelizmente, a interpretação teológica do primado, suas estruturas e seu exercício nem sempre favorecem o objetivo da *koinonia*. Por vezes, interpretações dessa função são ofuscadas por interesses alheios à comunhão eclesial e ao ministério de supervisão que promove a fidelidade de todas as Igrejas a Cristo e de umas em relação às outras. Para superar isso, João Paulo II solicitou às igrejas contribuições para um exercício do primado favorável à unidade<sup>83</sup>. Nas respostas,

As igrejas perguntam-se em que medida existe a necessidade de tal primado, se a recusa dessa proposta implica em um não reconhecimento da eclesialidade das

78 Comissão Internacional Católica-Reformada (CICR), La presenza di Cristo nella Chiesa e nel mondo”. Em *Enchiridion Oecumenicum*, vol. VII, ed. por Giovanni Cereti, James F. Puglisi (Bologna, EDB, 1994), 102/2418.

79 Concílio Vaticano I, *Constituição dogmática: Pastor aeternus*, em *Enchiridion Symbolorum*, ed. por Heinrich Deizinger-Peter Hunermann, 2ª ed. (Bologna: EDB 1996), n 3053-3055.

80 Concílio Vaticano I, *Pastor Aeternus*, 3059-3064.

81 Concílio Vaticano I, *Pastor Aeternus*, 3065-3074. Ver também, LG. n. 25.

82 Yves-Marie Congar, *Igreja e papado*, (São Paulo: Loyola, 1997), 11-32.

83 Cf. UUS, n. 95.

comunidades que fizerem essa recusa, e se aceitá-lo implica em aceitar também as definições dogmáticas promulgadas por esse ministério<sup>84</sup>.

Reconhecer o primado de Roma, ou outra sede, exige mudanças significativas em todas as Igrejas. Algumas concordam que a comunhão requer alguma forma de primado universal<sup>85</sup>, com a possibilidade de reconhecer que “o bispo de Roma oferece um ministério específico relativo ao discernimento da verdade, como expressão de primazia universal”<sup>86</sup>, de modo que “o primado universal do bispo de Roma faz parte de um desígnio de Deus em vista da *koinonia* universal nos termos compatíveis com ambas as nossas tradições”<sup>87</sup>. Mas o fato de Roma afirmar o exercício do ministério petrino apenas na forma primacial, obscurece as convergências.

O que está em questão não é tanto o primado, mas sua concepção teológica e a forma de exercê-lo. É preciso, ainda, esclarecer a origem, a natureza, o sujeito, a forma, a necessidade e a finalidade do primado como “salvaguarda da catolicidade de cada Igreja local e como um sinal da comunhão de todas as igrejas”<sup>88</sup>. Mesmo as Igrejas que concordam com um primado questionam se, como exercício pessoal, ele é *necessário* ou apenas uma *função possível*. E o propõe na forma sinodal ou conciliar, como mais viável à unidade universal<sup>89</sup>. Há dois elementos mais controversos: 1) a *jurisdição*, fonte de temor por receio “de um uso ilegítimo e incontrolado”<sup>90</sup>, questionando até que ponto suas decisões estão submetidas à crítica do evangelho<sup>91</sup>; 2) e a *infallibilidade*, rejeitada por se entender que apenas o evangelho tem autoridade infalível e absoluta<sup>92</sup>. Teme-se que a prerrogativa da infalibilidade diminua a soberania de Deus em relação à Igreja<sup>93</sup>: “esse conceito pode ser aplicado somente a Deus, e o seu uso em relação a um ser humano, mesmo se em circunstâncias minuciosamente definidas, pode provocar muitos mal-entendidos”<sup>94</sup>. E conclui-

84 Cf. Elias Wolff, *A Unidade da Igreja. Ensaio de eclesiologia ecumênica*, (São Paulo: Paulus, 2007), 108.

85 CICA, “La chiesa come comunione”, 45/89.

86 CICA, *Autoridade na Igreja III*, 47.

87 CICA, “Autorità nella chiesa I”, 24, letra b/89.

88 CICA, “Autorità nella chiesa I”, 12/77.

89 CICA, *Autoridade na Igreja III*, 45/47; CICL, “Il ministero pastorale”, 73/1507; CICM, “Verso una dichiarazione sulla chiesa”, 48-62/1628-1643; CICR, “Verso una comprensione comune della chiesa”, 142/2412; “La presenza di Cristo...”, 102/2418.

90 CICA, “Autorità nella chiesa-I”, 24, letra d/92.

91 CICL, “Chiesa e giustificazione”, 26/1256; CICM, “Verso una dichiarazione sulla chiesa”, 61-62/1641-1642.

92 Cf. CICA, “Autorità nella chiesa-I”, 24, letra c/91.

93 CICR, “La presenza di Cristo...”, 39/2354.

94 CICA, “Autorità nella chiesa-II”, *EO I*, 32/134.

se que “as disposições jurídicas em vigor na Igreja têm sempre [...] forma e realização histórica e são, por isso, capazes e necessitadas de renovação e reestruturação”<sup>95</sup>.

Ao manifestar-se sobre o ensino de lideranças em diferentes Igrejas, o papa Francisco por vezes o acolhe, como a doutrina da criação do Patriarca Bartolomeu<sup>96</sup>; ou quando em Lund, pelos 500 anos da Reforma, afirmou que “A experiência espiritual de Martinho Lutero interpela-nos lembrando-nos que nada podemos fazer sem Deus [...] Lutero descobriu este Deus misericordioso na Boa Nova de Jesus Cristo encarnado, morto e ressuscitado”<sup>96</sup>; ou na visita ao Conselho Mundial de Igrejas (2018), manifestando profundo apreço e reconhecimento pelo trabalho do Conselho, citando várias instâncias, como Fé e Constituição, a Comissão para a Missão e Evangelização, o Instituto Bose<sup>97</sup>. Isso mostra que o discernimento da verdade do Evangelho é um dom de Deus ao mundo cristão como um todo. O processo sinodal global católico pode ouvir as outras Igrejas no discernimento dessa verdade para o nosso tempo. O Espírito que concede o dom do discernimento atua para além do papa e das instituições católicas. Quando Francisco afirma que “não se deve esperar do magistério papal uma palavra definitiva ou completa sobre todas as questões que dizem respeito à Igreja e ao mundo”<sup>98</sup>, mostra que na sinodalidade ecumênica nenhuma Igreja tem a última palavra sobre a verdade do evangelho. O caminho na verdade cristã exige reflexão e decisão conjuntas. Se em pontos essenciais da doutrina “a Igreja tem a autoridade de ensinar”<sup>99</sup>, é preciso perguntar se esse ofício precisa ser exercido sempre e exclusivamente pelo bispo de Roma na forma como é hoje. Numa sinodalidade ecumênica, é importante que o primado “se abra a uma nova situação”<sup>100</sup>. Afinal, “a permanência da Igreja na verdade não deve ser entendida de modo estático mas numa história dinâmica que se realiza, na Igreja e no mundo, sob a assistência do Espírito Santo na luta incessante

95 Cf. Papa Francisco, *Laudato Si'. Sobre o cuidado da casa comum* (São Paulo: Paulinas, 2015), n. 7-9.

96 Papa Francisco, “Homilia durante a celebração ecumênica na Catedral Luterana em Lund”, 31 de outubro de 2016, consultado em [https://www.vatican.va/content/francesco/pt/homilies/2016/documents/papa-francesco\\_20161031\\_omelia-svezia-lund.html](https://www.vatican.va/content/francesco/pt/homilies/2016/documents/papa-francesco_20161031_omelia-svezia-lund.html).

97 Papa Francisco, “Discurso ao Centro Ecumênico - Visser't Hooft Hallm”, 21 de junho de 2018, consultado em [https://www.vatican.va/content/francesco/pt/speeches/2018/june/documents/papa-francesco\\_20180621\\_pellegrinaggio-ginevra.html](https://www.vatican.va/content/francesco/pt/speeches/2018/june/documents/papa-francesco_20180621_pellegrinaggio-ginevra.html).

98 EG, n. 16.

99 CICM, “Rapporto di Honolulu (1981)”, *EO I*, 34/2156; CICA, “Autorità nella chiesa II”, 24/126; CICL, “Chiesa e giustificazione”, 205s/1435s.

100 UUS, n. 93.

contra o erro e o pecado”<sup>101</sup>. E nessa luta as Igrejas serão vitoriosas quando não mais combaterem umas às outras, mas afirmarem juntas a fé comum.

## CONCLUSÃO

Neste estudo tratamos de implicações ecumênicas da sinodalidade, como interpelações ao processo sinodal global proposto pelo papa Francisco. No atual contexto de pluralismo eclesial, é preciso fortalecer a consciência que nenhuma Igreja pode viver isolada das demais. A vida de uma Igreja precisa interagir com as demais por um intercâmbio e enriquecimento mútuos que caracterizam a sinodalidade ecumênica. Nisso não há ganhos para algumas Igrejas e perdas para outras, todas crescem na compreensão e vivência do evangelho, podendo “conservar-se firme nas próprias convicções mais profundas, com uma identidade clara e feliz, mas ‘disponível para compreender as do outro’ e ‘sabendo que o diálogo pode enriquecer a ambos’”<sup>102</sup>.

Para que tal aconteça, alguns desafios precisam ser assumidos ecumenicamente: 1) a natureza sinodal da Igreja não é vivida apenas pela hierarquia eclesial, mas numa corresponsabilidade com os ministérios leigos, de homens e mulheres que formam a Igreja Povo de Deus. Nisso a Igreja católica tem muito a aprender do protestantismo histórico. 2) A ecumenicidade da sinodalidade exige das Igrejas um discernimento comum do que Deus revelou em Cristo e lhes sustenta na fé comum. Há situações no mundo e nas comunidades cristãs que exigem esse discernimento de forma colegiada, sinodal, ecumênica. 3) O esforço por fidelidade à verdade integral da fé e a prudência pastoral não deve intimidar a ecumenicidade do processo sinodal. Cada Igreja é convidada a alargar suas estruturas de diálogo, decisão e governo para acolher a contribuição de outras Igrejas, como também criar novas estruturas para isso. Isso condiz com a natureza sinodal da Igreja e a aspiração da unidade. 4) Enfim, a sinodalidade não é fim, mas instrumento. O fim é a comunhão no evangelho de Cristo, presente e operante na vida das Igrejas, que precisa ser acolhido e testemunhado conjuntamente, “para que o mundo creia” (Jo 17,21).

101 CICL, “Il vangelo e la chiesa”, *EO I*, 23/1150.

102 EG, n. 251.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- A Confissão de Augsburg*. Traduzido por Arnaldo Schuler. São Leopoldo: Sinodal, 1980.
- Antioquia, Inácio de. *Carta aos Efésios*. Cristianismo e Antiguidades. Consulta em:  
[https://cristianismoeantiguidade.weebly.com/uploads/7/8/7/2/78728182/carta\\_aos\\_ef%C3%89sios\\_in%C3%81cio\\_de\\_antioquia\\_cristianismo\\_antiguidade.pdf](https://cristianismoeantiguidade.weebly.com/uploads/7/8/7/2/78728182/carta_aos_ef%C3%89sios_in%C3%81cio_de_antioquia_cristianismo_antiguidade.pdf).  
 Consultado em 25 de janeiro de 2022.
- Cartago, Cipriano de. “A unidade da Igreja Católica”. Em *Obras completas. Patrística*, vol. 35/1, 129-156. Traduzido por Monjas beneditinas. São Paulo: Paulus, 2016.
- Código de Direito Canônico. 23ª ed. São Paulo: Loyola, 2015.
- Comissão de Fé e Ordem. *A Igreja. Uma visão ecumênica*. Traduzido por Walter Altmann. São Paulo: ASTE, 2015.
- Comissão de Fé e Ordem. *Confessing the One Faith. An ecumenical explication of the apostolic Faith as it is confessed in the nicene-constantinopolitan creed (381)*. Genève-Eugene: WCC-Wipf & Stock, USA, 2010.
- Comissão Internacional Católica-Anglicana. “Autorità nella chiesa-I”. Em *Enchiridion Oecumenicum*, vol. I. Editado por Giovanni Cereti, Sever J. Voicu, 42-58. Bologna: EDB, 1994.
- Comissão Internacional Católica-Anglicana. “Autorità nella chiesa-II”. Em *Enchiridion Oecumenicum*, vol. I. Editado por Giovanni Cereti, Sever J. Voicu, 69-85. Bologna: EDB, 1994.
- Comissão Internacional Católica-Anglicana. “La chiesa come comunione”. Em *Enchiridion Oecumenicum*, vol. III. Editado por Giovanni Cereti, James F. Puglisi, 24-53. Bologna: EDB, 1995.
- Comissão Internacional Católica-Anglicana. “Ministero e Ordinazione” (1977). Em *Enchiridion Oecumenicum*, vol. I. Editado por Giovanni Cereti, Sever J. Voicu, 26-35. Bologna: EDB, 1994.
- Comissão Internacional Católica-Anglicana. *Autoridade na Igreja III*. São Paulo: Paulinas, 1999.
- Comissão Internacional Católica-Luterana. “Chiesa e giustificazione”. Em *Enchiridion Oecumenicum*, vol. III. Editado por Giovanni Cereti, James F. Puglisi, 551-696. Bologna: EDB, 1995.
- Comissão Internacional Católica-Luterana. “Il ministero pastorale nella Chiesa”. Em *Enchiridion Oecumenicum*, vol. I. Editado por Giovanni Cereti, Sever J. Voicu, 702-741. Bologna: EDB 1994.

- Comissão Internacional Católica-Luterana. “Il vangelo e la chiesa”. Em *Enchiridion Oecumenicum*, vol. I. Editado por Giovanni Cereti, Sever J. Voicu, 554-587. Bologna: EDB, 1994.
- Comissão Internacional Católica-Luterana. “L’unità davanti a noi”. Em *Enchiridion Oecumenicum*, vol. I. Editado por Giovanni Cereti, Sever J. Voicu, 752-824. Bologna: EDB, 1994.
- Comissão Internacional Católica-Luterana. Vie verso la comunione. Em *Enchiridion Oecumenicum*, vol. I. Editado por Giovanni Cereti, Sever J. Voicu, 654-692. Bologna: EDB, 1994.
- Comissão Internacional Católica-Metodista. “O relatório de Denver (1971)”. Em *Enchiridion Oecumenicum*, vol. I. Editado por Giovanni Cereti, Sever J. Voicu, 903-950. Bologna: EDB, 1994.
- Comissão Internacional Católica-Metodista. “Rapporto di Honolulu (1981)”. Em *Enchiridion Oecumenicum*, vol. I. Editado por Giovanni Cereti, Sever J. Voicu, 992-1024. Bologna: EDB, 1994.
- Comissão Internacional Católica-Metodista. “Verso una dichiarazione sulla chesa”. Em *Enchiridion Oecumenicum*, vol. III. Editado por Giovanni Cereti, James F. Puglisi, 711-737. Bologna: EDB, 1995.
- Comissão Internacional Católica-Ortodoxa Calcedonense. “Il mistero della Chiesa e dell’eucaristia alla luce del mistero della Santa Trinità”. Em *Enchiridion Oecumenicum*, vol. I. Editado por Giovanni Cereti, Sever J. Voicu, 1028-1041. Bologna: EDB, 1994.
- Comissão Internacional Católica-Reformada. “La presenza di Cristo nella Chiesa e nel mondo”. Em *Enchiridion Oecumenicum*, vol. VII. Editado por Giovanni Cereti, James F. Puglisi, 1093-1139. Bologna, EDB, 1994.
- Comissão Internacional Católica-Reformada. “Verso una comprensione comune della chiesa”. Em *Enchiridion Oecumenicum*, vol. III. Editado por Giovanni Cereti-James F. Puglisi, 961-1031. Bologna: EDB, 1995.
- Comissão Teológica Internacional. *A Sinodalidade na Vida e na Missão da Igreja*. Brasília: Edições CNBB, 2018.
- Comissão Teológica Internacional. *Temi scelti di ecclesiologia, in occasione del XX anniversario della chiusura del Concilio Vaticano II*. Consulta em: [https://www.vatican.va/roman\\_curia/congregations/cfaith/cti\\_documents/rc\\_cti\\_1984\\_ecclesiologia\\_it.html](https://www.vatican.va/roman_curia/congregations/cfaith/cti_documents/rc_cti_1984_ecclesiologia_it.html). Consultado em 26 de janeiro de 2022.
- Concílio Vaticano I. “Constituição dogmática Pastor aeternus”. Em *Enchiridion symbolorum, definitionum et declarationum de rebus fidei et morum*. 2ª ed. Editado por Heinrich Dezingher, Peter Hunermann, 1061-1064. Traduzido por Angelo Lanzoni, Giovanni Zaccherini. Bologna: EDB, 1996.

- Concílio Vaticano II. “Decreto Unitatis redintegratio. Sobre o ecumenismo”. Em *Documentos do Concílio Ecumênico Vaticano II*, 215-239. São Paulo: Paulus, 1997.
- Concílio Vaticano II. “Constituição dogmática Lumen gentium. Sobre a Igreja”. Em *Documentos do Concílio Ecumênico Vaticano II*, 101-194. São Paulo: Paulus, 1997.
- Concílio Vaticano II. “Decreto Christus Dominus. Sobre o múnus pastoral dos bispos na Igreja”. Em *Documentos do Concílio Ecumênico Vaticano II*, 241-275. São Paulo: Paulus, 1997.
- Congar, Yves-Marie. *Igreja e Papado*. Traduzido por Marcelo Rouanet. São Paulo: Loyola, 1997.
- Conselho Mundial de Igrejas. *Relatório da V Assembleia*. Em *Enchiridion Oecumenicum*, vol. V. Editado por Stefano Rosso, Emilia Turco, 718-729. Bologna: EDB, 2001.
- Francisco, Papa. “Homilia durante a celebração ecumênica na Catedral Luterana em Lund” (31 de outubro de 2016). Consulta eletrônica: [https://www.vatican.va/content/francesco/pt/homilies/2016/documents/papa-francesco\\_20161031\\_omelia-svezia-lund.html](https://www.vatican.va/content/francesco/pt/homilies/2016/documents/papa-francesco_20161031_omelia-svezia-lund.html). Consultado em 24 de janeiro de 2022.
- Francisco, Papa. *Evangelii Gaudium. Sobre o anúncio do Evangelho no mundo atual*. São Paulo: Paulus e Loyola, 2013.
- Francisco, Papa. *Laudato Si’. Sobre o cuidado da casa comum*. São Paulo: Paulinas, 2015.
- Francisco, Papa. *Discurso no Centro Ecumênico - Visser't Hooft Hall* (21 de junho de 2018). Consulta eletrônica: [https://www.vatican.va/content/francesco/pt/speeches/2018/june/documents/papa-francesco\\_20180621\\_pellegrinaggio-ginevra.html](https://www.vatican.va/content/francesco/pt/speeches/2018/june/documents/papa-francesco_20180621_pellegrinaggio-ginevra.html). Consultado em 23 de janeiro de 2022.
- Francisco, Papa. *Discurso na Comemoração do cinquentenário da instituição do Sínodo dos Bispos* (17 de outubro de 2015). Consulta eletrônica: [https://www.vatican.va/content/francesco/pt/speeches/2015/october/documents/papa-francesco\\_20151017\\_50-anniversario-sinodo.html](https://www.vatican.va/content/francesco/pt/speeches/2015/october/documents/papa-francesco_20151017_50-anniversario-sinodo.html). Consultado em 20 de janeiro de 2022.
- Lázaro, Manuel. “Reflexión sobre la sinodalidad en misión. A propósito del XIV Sínodo de la diócesis de Coria-Cáceres”. *Cauriensia* XII (2017): 443-465.
- Lião, Irineu de. “Contra as Heresias. Denúncia e refutação da falsa gnose”. Em *Obras Completas. Patrística*, vol. 4, 31-122. Traduzido por Lourenço Costa. São Paulo: Paulus, 1995.

- Morales, Jaime L. B. “Ecumenismo y construcción de la paz”. *Cauriensia* X (2015): 199-219.
- Paulo II, João. *Carta encíclica Ut Unum Sint. Sobre o empenho ecumênico*. São Paulo: Paulinas, 1995.
- Philips, Gehard. *La Chiesa e il suo mistero. Storia, testo e commento dela lumen gentium*. 2ª. ed. Milano: Jaca Book, 1982.
- Pontifício Conselho para a Promoção da Unidade Cristã. *Diretório para a Aplicação dos Princípios e Normas sobre o Ecumenismo*. Petrópolis: Vozes, 1994.
- Sinner, Rudolf von. “Eclesiologia ecumênica – possibilidades e limites”. *Teocomunicação*, 41 (2001): 55-68. <https://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/teo/article/view/9202/6336>.
- Tillard, Jean M. *Chiesa di Chiese. L’eclesiologia di comunione*. 2ª. ed. Brescia: Queriniana 1989.
- Wolff, Elias. “A hermenêutica ecumênica da fé cristã: uma contribuição ao diálogo entre católicos e luteranos no contexto dos 500 anos da Reforma de Lutero”. *Perspectiva Teológica*, 49 (2017): 101-125. doi: 10.20911/21768757v49n1p101/2017
- Wolff, Elias. *A Unidade da Igreja. Ensaio de ecclesiologia ecumênica*. São Paulo: Paulus, 2007.
- XVI Assembléia Geral Ordinária do Sínodo dos Bispos, *Por uma Igreja sinodal: comunhão, participação e missão (Documento preparatório, 07/09/2021)*. Consulta eletrônica: <https://press.vatican.va/content/salastampa/it/bollettino/pubblico/2021/09/07/0540/01156.html#PORTOGHESEOK>. Consultado em 22 de janeiro de 2022.

Elias Wolff

Faculdade de Teologia

Pontifícia Universidade Católica do Paraná

Rua Imaculada Conceição, 1155. Prado Velho

Curitiba-Paraná (Brasil)

<http://orcid.org/0000-0003-2479-2340>